



Anais da Assembléia

N.º 46

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 43.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1.979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Palácios e Mário Celso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelelino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Car-valho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilo Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Cri-sóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Renato Bueno, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Túlio Zanchet (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 53/79

Curitiba, 08 de maio de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, na melhoria do setor de TRANSPORTES URBANOS:

Município e n.º do convênio	Data da celebração
Ibaiti - 164/78-SEPL	12/12/78
Joaquim Távora - 175/78-SEPL	09/11/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 54/79

Curitiba, 08 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio n.º 163/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 10 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de GUARACI, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 55/79

Curitiba, 08 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Data do aditivo	Município
30/05/78	Nova Aliança do Ivaí
30/11/78	Guaraqueçaba
14/03/79	Abatiá
14/03/79	Guaraci
14/03/79	Ivaí

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 56/79

Curitiba, 08 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 29 de dezembro de 1978, ao convênio n.º 224/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 11 de outubro de 1978, entre o Estado do Paraná e o Município de LUPIONÓPOLIS, com interveniência da Secretaria de Estado do

Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 57/79

Curitiba, 08 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 30 de janeiro de 1979, ao convênio n.º 114/78, celebrado em 15 de setembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MEDIANEIRA, com intervenção da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 89/78, do Senhor Antônio Pineli, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguáçu, encaminhando a indicação n.º 85, de autoria do Vereador Delcir da Silva Rocha, para que a Mesa desta Casa, apresente a lei para a estabilidade a todos os professores com dez (10) anos de trabalho.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 353/79, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário da Saúde do Bem Estar Social, da Prefeitura do Município de Maringá, encaminhando relatório de serviços, prestados por aquela Secretaria, referente ao Centro de Saúde do Jardim Alvorada.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 226/79, do Senhor José Luiz Del Ciel, encaminhando a iniciativa do Vereador Sérgio Borges da Silva, sobre a situação que sobrevive a cidade de Guaiara, com o desaparecimento do seu potencial turístico, Sete Quedas. Outrossim, solicita a este Poder, para encarecer esforço visando a criação de uma zona franca naquele município e outras melhorias.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 128/79, do Senhor Orlando Bruno Olenski, Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, encaminhando requerimento dos Senhores Vereadores Tristão da Silva Miranda e Emílio Mattos de Souza, no qual solicitam para propor a destinação de uma verba específica, através de uma Secretaria de Estado, para a recuperação da área erodida da Baía daquela cidade.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 02/79, do Senhor Guerino A. Soranzo, Presidente da Câmara Municipal de Salto do Lontra-Pr., encaminhando aprovação da proposição do Vereador Dalmo Warmling,

solicitando apelos às autoridades competentes, eliminem determinação que proíbe transporte de combustível em galões pequenos.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 03/79, do Senhor José Tavares, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, encaminhando cópia da indicação n.º 73, de autoria do Senhor Deputado Alcides Falcão, solicitando a este Poder, a elaboração de proposições reivindicatórias, sugerindo subsídios condignos para os vareadores de todo o País.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ERMELINA MARTINS RIBAS, ocorrido no dia 09 do corrente mês, nesta Capital.

A extinta que contava com 86 (oitenta e seis) anos de idade, era natural da cidade de Palmas, membro de conceituada família daquela cidade.

Requer, outrossim, dê-se ciência do presente à família enlutada, na pessoa de seu filho, Ernani Ribas, Relações Públicas do restaurante Madalozzo, Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de APLAUSOS ao jogador de futebol NILTON BATATA, convocado para defender a Seleção do Brasil.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Convocado para vestir a camisa sete titular da Seleção do Brasil, NILTON BATATA tornou-se um exemplo para os valores jovens que nascem do futebol juvenil e um orgulho para o povo do Paraná.

Tendo iniciado sua carreira no elenco juvenil do Clube Atlético Paranaense, sempre ganhou destaque pela sua forma humilde de comportamento e pela maneira hábil com que tratava a bola.

Seus incríveis dribles o conduziram à posição de titular do rubro-negro, disputando o certame do Paraná e o campeonato nacional de clubes.

Foi observado pelos melhores técnicos do País, terminando por assinar contrato com o Santos Futebol Clube, onde está até hoje.

A convocação do atleta homenageado, mais do que uma representação paranaense, é uma motivação para os garotos "pratas-da-casa" que sonham sempre com este diaque chegou para Nilton Batata.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, Digníssimo Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que sejam colocadas à disposição do recém criado Município de Douradina, desmembrado do Município de Maria Helena, máquinas necessárias à manutenção de suas estradas internas, tendo em vista o total abandono pelo antigo município sede, depois de sua elevação a Município, conforme Lei

n.º 7.107 de 17-01-79.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Douradina, lutou bravamente para conseguir sua emancipação política.

Oriundo de projeto de lei de nossa autoria que tomou o número 136/75, de 1.º-10-75, depois de uma longa tramitação, conquistada a autorização da Presidência da República, o projeto foi aprovado por esta Casa, subindo para Sanção Governamental em 6.07.78.

Sanccionado em 17-01-79, tomando a Lei o número 7.107, publicado no Diário Oficial do Estado em 19-01-79.

Com a elevação à categoria de município, Douradina, embora amparada por disposição constitucional, que prescreve a obrigatoriedade do Poder Executivo do município anterior, continuar administrando o novo município até sua instalação, viu-se abandonada completamente.

Há vários meses que as estradas municipais de Douradina, bem como suas ruas, estão totalmente abandonadas, obrigando-se os munícipes, a realizarem mutirões para manter o tráfego em precárias condições.

Por estas razões, é que encaminhamos o presente pedido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, visando atender as solicitações daquela comunidade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná SANEPAR, solicitando as seguintes informações:—

- 1- Quais as tarifas que vigoravam anteriormente ao último aumento;
- 2- Qual foi o aumento e quando ocorreu;
- 3- Quais os critérios para diferenciar tarifas (comercial, residencial, taxa mínima, tarifa diferencial em função do volume, etc.).

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de solidariedade e apoio, ao trabalho de Sua Excelência o Prefeito Municipal de Palotina vem desenvolvendo em favor da manutenção do equilíbrio ecológico em Palotina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA.

Os efeitos do desequilíbrio ecológico, provocados pelo abuso da utilização de herbicidas, lagartidas, inseticidas, pesticidas, produtos compostos à base de DDT e outros quimicamente nocivos à saúde da flora, fauna, bio-solo, aos animais e principalmente ao homem, está a alarmar a consciência de parlamentares e da própria Igreja.

Porém, as medidas concretas ainda não ultrapassaram a fase das palavras e estudos de viabilidades.

Uma única ação realmente efetiva e concreta, foi adotada pelo Excelentíssimo Senhor Aloísio Valérius, Prefeito Municipal de Palotina: que, corajosamente, desafiou e ainda desafia as multinacionais responsáveis diretas pela introdução de produtos nocivos em nossas lavouras, ao proibí-los definitivamente.

Após uma cerrada campanha através dos meios de comunicação, o Chefe do Poder Executivo palotinoense fez chegar

até aos agricultores, os esclarecimentos sobre a necessidade urgente de se evitar um possível suicídio, provocado pela ação de tais produtos nocivos à vida do homem.

Hoje, a Prefeitura Municipal está equipada com rigoroso efetivo e consciente sistema de fiscalização, mostrando que não se ficou somente na intenção mas, chegou-se à prática.

É o único município do qual se tem conhecimento, de estar desenvolvendo com seriedade um trabalho nesse sentido.

Juntamo-nos a este trabalho dignificante, ao mesmo tempo em que sugerimos que a medida sirva de exemplo às autoridades estaduais e federais, ligadas ao setor da agricultura.

Outrossim, solicitamos o envio de cópia deste ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Palotina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Senhor Coronel Osvaldo Alves Cruz, Diretor do Departamento de Trânsito, expediente solicitando seja designado um Guarda de Trânsito para atender à movimentação de escolares em frente a Escola Ernani Vidal, sita à Rua Mateus Leme; no Bairro do Taboão.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Ernani Vidal, tem grande fluxo de alunos, constituído de crianças menores, e por estar localizada em via de grande trânsito, cria seguidamente oportunidades de acidentes, muito embora já exista lombada nas imediações.

A designação de policial de trânsito eliminaria por certo, tais inconvenientes e traria tranquilidade aos senhores pais de alunos, que nos tem solicitado tal pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jucundino Furtado, DD. Diretor Superintendente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja dado andamento à construção do prédio para agência do Banco na Cidade de Corbélia, cujo terreno foi doado pelo município para esse fim específico.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída uma COMISSÃO ESPECIAL DE DEPUTADOS com o objetivo específico de conversar, "in loco", com os agricultores da região de ITAIPU, objetivando averiguar, ao certo, qual o preço já pago ou que está sendo oferecido pela HIDRELÉTRICA ITAIPU, a título de indenização.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, a Comissão de Terras e Colonização desta Casa de Leis, a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, a Comissão Pastoral da Terra e outras entidades afins, têm conhecimento de que os agricultores desapropriados estão recebendo importância sempre inferior a setenta e cinco mil cruzeiros o alqueire.

Por outro lado, a própria HIDRELÉTRICA ITAIPU, em nota distribuída à Imprensa ("Estado do Paraná" de do-

mingo, 13/05/79, na página 13), esclarece que a média dos acordos feitos para desapropriação de áreas situadas na região do reservatório da futura hidrelétrica é de noventa e um mil, oitocentos e quarenta e cinco cruzeiros por alqueire, tendo sido efetuados até hoje quinhentos e setenta e nove acordos, num total de trezentos e três milhões, setecentos e quarenta e oito mil cruzeiros.

As informações prestadas por aquela Empresa Binacional dão conta ainda de que do total de acordos celebrados em 1979, cinquenta por cento das indenizações estão acima de cem mil cruzeiros o alqueire.

Diante disso, a opinião pública fica totalmente confundida, formando uma idéia errônea sobre a real situação, em prejuízo tanto da Hidrelétrica ITAIPU, como das entidades e comissões que estão na defesa dos direitos dos agricultores.

A constituição de uma Comissão de Parlamentares, com o objetivo precípuo de averiguar a realidade dos fatos, antevê-se como a única medida palatável para que sejam dirimidas todas as dúvidas pertinentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve; no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Presidente da SUNAB uma xerocópia do incluso documento, assinado pelo Presidente do "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu", dando conta de uma série de irregularidades quanto ao transporte e comercialização do leite.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT:

JUSTIFICATIVA:

Contidas no documento em anexo.

São Miguel do Iguaçu, em 19 de abril de 1.979.

Of. n.º 087/79.

Senhor Presidente.

Descontentes com uma série de irregularidades no transporte e comercialização que abaixo relacionaremos, os produtores de leite dos Municípios de Medianeira e São Miguel do Iguaçu, estiveram reunidos na Comunidade de Laranjita, às margens da BR 277, no dia 1.º de abril do corrente, coordenado por esta Entidade, que contou com a presença de 44 (quarenta e quatro) produtores, porém nos municípios acima mencionados estima-se a quantia de 400 (quatrocentos) produtores que fornecem leite à Indústria e Comércio Lactínicos Rainha Ltda., estabelecida às margens da BR 277, KM 400 (quatrocentos) Município de Cascavel cujas reclamações são as seguintes:

A Empresa alega que para efeito de controle interno e outras desculpas sem fundamento, atrasa o pagamento de até 75 (setenta e cinco) dias, sendo que o produto é comercializado no dia seguinte ao da entrega pelos produtores, e à vista.

Reivindicamos: Que o pagamento seja feito até o 15.º dia subsequente ao mês da entrega, e um aumento de 40% (quarenta por cento), tendo em vista os diversos aumentos do mercado consumidor.

No transporte do leite: é recolhido às 7,00 horas da manhã na colônia e entregue às margens da BR 277 às 9,00 horas, chegando a Cascavel ao meio dia, com tambores de leite coagulado e ácido, devido ao calor, com muitos prejuízos para o produtor e aos freteiros da colônia, pois não recebem o pagamento daquele leite e nem o produto volta aos mesmos, devendo a Firma estar aproveitando o mesmo na fabricação de algum produto alimentício, sendo que o produtor entregou o leite em perfeitas condições no caminhão da firma.

Reivindicamos: Que a firma passe a transportar o leite

em caminhão equipado com câmara fria e que o produtor não seja mais responsabilizado pelo produto em viagem.

Nos meses de junho, julho, agosto e setembro, a firma recebe o leite para a fixação da cota de cada produtor, somando a quantia de litros entregues nestes meses e dividida por 04 (quatro), resultando dali a cota, porém não sabemos se esta norma é da SUNAB ou se é norma da própria firma, sendo que o leite em excesso a cota tem um preço bastante inferior, porém, sabemos que a firma está desmanchando leite em pó para poder suprir o mercado consumidor. Então perguntamos: Como pode haver excesso para o produtor se a firma está em falta do produto?

Reivindicamos: Que o produtor que entrega leite o ano inteiro tenha um preço unitário como o da cota e aquele que entrega o leite só no verão seja considerado como excesso.

Além das irregularidades já apontadas, a firma paga o leite-cota posto em Cascavel a Cr\$ 4,05 (quatro cruzeiros e cinco centavos) para o leite 3.1º (três ponto um grau) e desconta o frete até Cascavel, onde o leite chega a Cr\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos) o litro e ainda desconta de 3 a 5% (três a cinco por cento) do volume, alegando perda, quando na verdade não se perde nem 1% (hum por cento) do total.

Reivindicamos: Que seja abolido este desconto e que seja feito um reajuste na gordura do leite, tendo em vista que até o presente momento ninguém recebeu informação alguma da maneira da classificação.

Acreditamos serem justas nossas reivindicações, levando-se em conta o valor nutritivo deste produto, para a alimentação e saúde do corpo humano e por estar a classe obedecendo a determinação da SUNAB de não fabricar queijo caseiro para o consumo do comércio.

Ao ensejo, reiteramos a Vossa Senhoria, nossos protestos de alta estima e apreço.

Ivo Adamante - Presidente

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício aos Excelentíssimos Senhores Doutor Mário Andreaza, Ministro do Interior e Dr. Divaldo Cardoso Botto de Barros, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sugerindo a construção, em regime de urgência, de um prédio para o bom funcionamento do Correio e Telégrafos de Ubatã.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez tomo a liberdade de apresentar a esta Casa, requerimento de tal ordem, visto o nosso primeiro trabalho apresentado, não ter tido resposta até o presente momento.

Ubatã é uma cidade onde vive uma laboriosa e numerosa população. Situada no Oeste do Paraná, região de terras férteis, saindo dela riquezas geradas pela sua variada produção.

Por ser uma cidade em franco desenvolvimento, em razão da fertilidade do seu solo e despreendimento de sua gente, está há muitos anos carente de um prédio para que possa funcionar a contento o Correio daquela cidade, pois o que hoje existe, é apenas um barracão em péssimas condições, dificultando até mesmo o bom andamento e atendimento público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, com a aprovação do

do Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje desta Assembléia Legislativa, do artigo jornalístico publicado na edição de 13 de maio de 1979, do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", sob o título: "QUE HERANÇA..."

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. José da Silva Reis, ex-Prefeito de Ibaiti. Também do Sr. Edson Sá, advogado, jornalista e professor de Cascavel e do Sr. Vereador do MDB de Astorga, Valmir Ciri-bola.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encaminho à Mesa, requerimento vasado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Governador Ney Braga demonstrou há duas semanas atrás, quando da assinatura do decreto estabelecendo normas de captação de água pelas indústrias instaladas ou que venham a se instalar no Estado, que é um homem preocupado para com a saúde da população.

O apelo que estamos fazendo se deve a um sério problema que está ocorrendo no meio rural e que se não for solucionado, dentro de poucos anos, teremos todos os nossos cursos d'água completamente envenenados e, portanto, inservíveis para o abastecimento de água de nossa população.

A maioria dos cursos d'água, em todo o Paraná, serve os sistemas de abastecimento para grandes, médias e pequenas comunidades.

Ao todo, são mais de dois milhões e duzentos mil consumidores, servidos por sistemas de abastecimento que, por sua vez se utilizam de águas de superfície ou de águas subterâneas.

E essas águas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, principalmente as provenientes de fontes de superfície e que passam pelos campos agrícolas, recebem, na época do plantio e de manutenção das culturas, pulverizações de fertilizantes, pesticidas, fungicidas e inseticidas das mais variadas espécies e aplicações.

Quando essas aplicações são feitas nas barrancas dos rios há o envenenamento natural das águas e do plancton dos rios, porquanto é sabido que esses produtos químicos aí se concentram.

Não nos cabe discutir, aqui e agora, a transformação da nossa lavoura cada vez mais química, num círculo vicioso que não se sabe até onde vai.

Não nos cabe discutir a aplicação desses produtos químicos na lavoura.

Certamente, terá seus benefícios, sua utilidade e, talvez, tenhamos que admitir que, no momento, não existe uma saída, uma fórmula que substitua essa utilidade.

Como não se pode chegar a esses limites, a única solução é acabar com a tolerância, com a violação às normas constantes do Código Florestal, que, em seu artigo segundo, considera de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de outros quaisquer cursos d'água em faixa marginal, cuja largura mínima será: de cinco metros para os rios de menos de dez metros de largura; igual à metade da largura dos cursos que meçam de dez a duzentos metros de distância entre as margens; de cem metros para todos os cursos cuja largura seja superior a duzentos metros; nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica. São consideradas, ainda, de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a as-

segurar condições de bem-estar público.

Proibir o plantio de produtos agrícolas nas barrancas dos rios, é prevenir o envenenamento dos cursos d'água que servem de abastecimento para as cidades; é assegurar condições de bem estar público.

Essa proibição se enquadraria perfeitamente no conceito de defesa do meio ambiente e de combate a todas as formas de poluição.

Poluição que, segundo o Decreto Lei n.º 303, de 26 de fevereiro de 1967, que criou o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental, é "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente (solo, água e ar) causada por qualquer substância líquida, gasosa, ou em qualquer estado da matéria que direta ou indiretamente seja nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações", e cause danos à flora e à fauna.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É sabido que a qualidade das águas de um rio, seja de grande ou pequeno porte, é afetada pelo recebimento de uma extensa variedade de materiais orgânicos e inorgânicos naturais, ou decorrentes de atividades humanas.

As causas naturais, é claro, não prejudicam as águas dos mananciais.

Justamente o contrário, acontece com os poluentes de origem agrícola.

Falemos, por exemplo, dos fertilizantes fosfatados e nitrogenados, que constituem um alimento para as algas muito comuns nos cursos d'água, que se desenvolvem, crescem em quantidades e concentrações tais que alteram a qualidade da água, produzindo sabores e odores diversos, tornando-as, se não perigosas, de difícil assimilação pelo organismo humano.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Há que se reconhecer que a eficácia de nossas leis, sob este aspecto, de vedar o uso de terras nas barrancas dos rios, está deixando muito a desejar. Mas acreditamos que, se o bom senso dos nossos agricultores não foi capaz de alertá-los para esse problema grave e muito sério, ou seja o envenenamento dos nossos rios, que servem de abastecimento para as cidades, este apelo que ora fazemos ao Senhor Governador e as providências dele advindas, sejam eficazes no combate a essa irregularidade.

Nada mais pretendemos do que buscar o cumprimento das leis em nome, tão somente em nome da saúde e do bem-estar da nossa população.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos enviando à Mesa, dois requerimentos, nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se oficie aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura e Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, solicitando enérgicas providências no sentido de coibir no Brasil, a venda de defensivos clorados persistentes ou altamente tóxicos, como BHC, DDT, DIELDRIN, ALDRIN, HEPTACLORO, TOXAFENO e outros, cuja venda é proibida nos Estados Unidos desde 1.970 e que são utilizados indiscriminadamente no Brasil.

Sugere também, a exemplo do Rio Grande do Sul, que a venda de tais produtos seja somente através de receita de Agrônomos.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979".

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Milton de Souza Guerra, professor da Universidade

Federal de Pelotas e vice-presidente do Centro de Estudos Toxicológicos do Rio Grande do Sul, em palestra realizada em Londrina, falou sobre os produtos proibidos em outros países, afirmando que nem todos os defensivos clorados são proibidos nos Estados Unidos, em termos de defensivos agrícolas.

Há, porém, necessidade de se analisar cada um, como entidade química, com suas características próprias. Defensivos clorados persistentes ou altamente tóxicos são proibidos ou sofrem severas restrições nos Estados Unidos.

No Brasil os clorados mais usados são: BHC, DDT, DIELDRIN, ALDRIN, HEPTACLORO, TOXAFENO, produtos proibidos nos Estados Unidos desde 1.970, em todos os Estados norte americanos, já que a legislação daquele País é estadual e não nacional.

Justifica-se o emprego dessas substâncias aqui no Brasil - pelo menos é a argumentação de representantes do governo em congressos, por serem produtos de baixo custo.

Eles são de baixo custo, exatamente por não serem utilizados em outros países e por terem suas patentes vencidas, deixando de interessar a sua fabricação.

No entanto, há vários outros produtos substitutos para esses defensivos tóxicos, que podem ser utilizados tranquilamente no País.

O uso indiscriminado de defensivos tóxicos ocasionou, há algumas semanas, a morte de milhares de pássaros e intoxicação em dezoito pessoas, na região de Alvorada do Sul.

O preparado químico FURADAN foi aplicado junto com a semente de trigo para combater lagartas.

Uma comissão de técnicos londrinenses foi à Brasília exigir providências e o produto teve a venda suspensa, por ordem do Departamento de Fiscalização do Ministério da Agricultura.

Não é de hoje que, políticos e empresários, vêm exigindo uma solução.

O melhor critério seria a venda somente com receita do Agrônomo, como se faz no Rio Grande do Sul."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No rio Laranjinha, que corta os Municípios de Curiúva, Ibaí, Nova Fátima e Congonhinhas, em dias da semana passada, ocorreu a morte de milhares de peixes.

A causa do morticínio, tudo está a indicar, foi a descarga de pirita - um sulfato de ferro - que teria sido feita nas águas do rio Laranjinha pela Companhia Carbonífera Vale do Cambaí, exploradora de uma mina de carvão no Distrito de Figueira.

Trata-se de verdadeiro atentado biológico, que a exemplo de outros, estão resultando no envenenamento dos cursos d'água paranaenses e a futura eliminação, neles, de qualquer resquício de vida.

Em vista do acima exposto, requeremos da Mesa, o encaminhamento à SUREHMA de expediente encarecendo a imperativa necessidade de enérgicas providências desse órgão para apurar minuciosamente o fato e, posteriormente, impor aos responsáveis as sanções cabíveis.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

(a) FIORI LUIZ.

E um Pedido de Informações ao Sr. Ministro da Justiça e ao Senhor Presidente da República, sobre ex-Deputado desaparecido. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, que se encaminhe ao Sr. Ministro da Justiça, Dr. Petrônio Portella e ao Sr. Presidente da República, General João Batista Figueiredo, dos mesmos solicitando informações sobre RUBENS PAIVA, ex-Deputado Federal pelo MDB,

preso em 1971 e até hoje desaparecido.

O nome de Rubens Paiva integrou uma lista de sessenta e nove brasileiros desaparecidos desde 1964, após prisão por atividades políticas, lista essa organizada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia.

Ocorrências como o desaparecimento do cidadão referido são causa de profunda preocupação, colidentes que são com os ditames da democracia e infringentes dos mais comensuráveis direitos humanos, justificando, destarte, a providência que em nome da comunidade brasileira aqui se postula.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1979.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Numa época em que todos os brasileiros se unem em torno de um ideal comum, ou seja o respeito aos direitos humanos; numa época em que se luta pela anistia ampla, geral e irrestrita em nosso País e a Nação inteira pede um fim às prisões ilegais, para "os filhos mortos do quem sabe ou do talvez", numa época em que se fala em abertura, assistimos estupefatos ao assassinato de um jovem de vinte anos de idade, servente de pedreiro e cantor de música sertaneja nas horas vagas. Este jovem sustentava uma família de oito irmãos menores e a mãe. Ele foi assassinado na véspera do Dia das Mães.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse jovem se encontrava no interior de um bar, conversando com amigos logo após a realização de um espetáculo em praça pública, quando chegaram dois policiais e lhe ofereceram uma carona. Não sabia esse rapaz que esta seria a última viagem que faria em sua vida, pois, esses policiais, se assim podemos chamá-los, iriam logo após torturá-lo, e não satisfeitos em seus instintos bestiais, matá-lo com dois tiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, até quando vamos assistir impassíveis ao abuso de autoridade; até quando vamos assistir silenciosos a proliferação dos malfadados "esquadrões da morte"; até quando vamos ver jovens inocentes serem mortos por estes carrascos que usam o uniforme como escudo para suas violências?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma família e toda cidade de Umuarama chora a morte de Aparecido Benedito Ozório. Uma mãe ganhou como presente no seu dia, o cadáver de seu filho, assassinado que foi por selvagens policiais daquela cidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso desta tribuna para lançar o meu mais veemente protesto por mais este abuso de autoridade, o povo de Umuarama quer justiça para esses assassinos oficiais que são pagos pelo povo para defenderem a população. E não para deixarem a população assustada com seus abusos. Urge medidas urgentes de saneamento desses marginais dos quadros da Polícia do nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro o meu pronunciamento, solicitando ao Sr. Secretário da Segurança esclarecimento sobre mais esse assassinato, e pedindo em nome do povo da minha cidade para que se afaste do quadro da Polícia do nosso Estado esses assassinos, pois estamos cansados de tanto arbítrio. Queremos simplesmente justiça, para que não se repitam fatos desta natureza, que envergonham o País neste momento em que o Governo fala em abertura".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de representante também da região oeste, não podia deixar de registrar nesta oportunidade que, com satisfação participamos, hoje pela manhã, de um ato em que a Se-

cretaria da Saúde, através de convênio com o PRODOPAR, fez a entrega à EMOPAR, de uma importância de cinco milhões de cruzeiros para continuidade das obras do Hospital Regional de Cascavel, de acordo com o termo aditivo que passo a ler, para que conste dos Anais desta Casa. (Lê):

"TERMO ADITIVO (3.º) DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI FAZEM A SECRETARIA DA SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL - SESB E A EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ - EMOPAR, COMO ADIANTE SE DECLARA:

Aos onze dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e nove, a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social - SESB, representada por seu Titular, Doutor OSCAR ALVES, e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, representada por seu Diretor Superintendente Engenheiro Civil LUIZ EDUARDO VEIGA LOPES e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, Economista LINOR ZANIOLO, firmaram o presente Termo Aditivo (3.º), ao Contrato de Prestação de Serviços Especializados n.º 001/77 - "OP" - EMOPAR, celebrada em data de 16/02/77, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 4, de 4/3/77; ao primeiro Termo Aditivo, celebrado em data de 23/02/78, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 268, de 24/03/78; e ao segundo Termo Aditivo, celebrado em data de 22/08/78; todos com vistas às obras de construção e demais serviços correlatos do HOSPITAL REGIONAL DE CASCAVEL, naquele município paranaense. Este Termo Aditivo será regido pelas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Para continuidade das obras e/ou serviços, objeto do Termo de Contrato Originário e dos anteriores Termos Aditivos, mencionados no corpo preambular deste, fica acrescido o valor contratual de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), pela soma dos seguintes valores: Cr\$ 4.761.904,76 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e quatro cruzeiros e setenta e seis centavos) correspondente ao custo estimado das obras e/ou serviços; e Cr\$ 238.095,24 (duzentos e trinta e oito mil, noventa e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos), correspondente à Taxa de Administração, remuneração da EMOPAR, incidente em 5% (cinco por cento) sobre o primeiro valor desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os recursos necessários ao cumprimento do objeto do presente Termo Aditivo, correrão à Conta de Dotação da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social - SESB, por força de convênio celebrado com o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO OESTE DO PARANÁ - PRODOPAR.

CLÁUSULA TERCEIRA: O pagamento da importância mencionada na cláusula primeira deste Termo Aditivo, será efetuado pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social à EMOPAR, mediante faturamento desta, logo após a assinatura do presente Contrato, em uma única parcela de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

CLÁUSULA QUARTA: O presente Termo Aditivo, sob responsabilidade e às expensas da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, será publicado no Diário Oficial do Estado, em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA: Ratificam-se as demais disposições do Termo de Contrato originário e dos demais Termos Aditivos já firmados, no que não modificadas pelas do presente Termo Aditivo.

(aa) Doutor OSCAR ALVES

Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social

Engenheiro LUIZ EDUARDO VEIGA LOPES

Diretor Superintendente da EMOPAR

Econ. LINOR ZANIOLO

Diretor Administrativo - Financeiro da EMOPAR

Dr. Ayr Scheidt

Diretor Geral - SESB

Renato Bueno

Vai assinado este documento, Sr. Presidente, pelo Secretário da Saúde, pelo Diretor Superintendente da EMOPAR, Diretor Administrativo-Financeiro da EMOPAR, e por testemunhas, das quais eu tive a honra de participar.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares. - (Pausa).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz. (Pausa).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias a televisão enfoca ou enfocou, num dos programas de maior audiência do País, o Jornal Nacional da TV Globo, um plano de aposentadoria que estaria sendo examinado para ser colocado a nível de estudo para posterior implantação, através do Presidente do organismo que congrega todos os servidores públicos federais deste País.

O Sr. José Carlos Freire, Diretor do DASP, anunciava aparentemente uma fórmula inédita para o sistema de aposentadoria do funcionalismo público.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a fórmula mágica trazida a público por este ilustre homem, Diretor do DASP, já em 1976, precisamente no dia 22 de junho de 1976 falávamos aqui desta tribuna mesmo, do plano que diz Sua Excelência agora ser inédito. Que está buscando subsídios, inclusive no exterior.

E para nós, especialmente para este Deputado, é uma alegria e quem sabe também e principalmente para nossa agremiação, o Movimento Democrático Brasileiro, porque se é um plano inédito ele tem um autor anterior que, pelo menos a nível de Parlamento, este Deputado, em 1976, colocou e inclusive está registrado nos Anais da Casa um requerimento endereçado, não só ao Tribunal de Justiça, mas à Superintendência do IPE, à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, ao Governo do Estado e à Secretaria dos Recursos Humanos.

De sorte que, para nós outros do MDB, é uma razão de mais uma vez virmos à tribuna dizer que o Governo aos poucos vai adotando todas as teses do MDB, as teses pelo menos em nível social e quem sabe até não esteja preparando neste País, Sr. Presidente, a mudança de modelo econômico para que o modelo social não seja o amparo de chibatas de uma política fora da realidade.

E o que nós queremos deixar aqui registrado, Sr. Presidente, é que não há ineditismo pelo menos neste anúncio do Diretor do DASP, porque se em 1976 nós dizíamos que a melhor fórmula para fazer a aposentadoria de quantos servem à causa pública, especialmente aqueles estatutários, os servidores estatutários, é porque nós, Sr. Presidente, levados por uma preocupação de ordem social, e baseados inclusive em estudos sociológicos, chegávamos naquela ocasião em que foi enfatizada, aqui no mês de abril, poucos dias antes desse Diretor ir à televisão, nós enfatizávamos o mesmo plano, exatamente aquele que ele anunciou para que esta modalidade, este modelo, fosse implantado no Estado do Paraná.

E a nível federal posso dizer até com ufania que nós desta agremiação oposicionista, a nossa preocupação é tão grande quanto problema socio-econômico que, quando o Governo resolve se acordar, a vela já terminou a sua luz, a vela do MDB, porque iluminou vários e muitos anos, e o Governo mergulhado

nessa escuridão, nesses ouvidos tapados, nesses olhos vendados, se esquece de observar quanto é necessário fazermos reestruturação, tanto no plano econômico como no plano social deste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na quarta-feira passada, deveria ter ocupado esta tribuna, para fazer um pronunciamento sobre a situação dos municípios, e dada a suspensão da sessão, procuro fazer neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Estão marcadas para o próximo dia 15, amanhã, as eleições da Associação dos Municípios do Paraná, e este é o motivo que me traz à tribuna desta Casa.

Venho concitar os Prefeitos paranaenses para que prestigiem o pleito, e assim agindo, valorizem um tipo de atuação política e um modelo de planejamento administrativo a partir das comunidades municipais.

Não se trata apenas de verificar as qualidades dos integrantes das chapas concorrentes, mas usar esta oportunidade para mostrar a coesão das lideranças em torno de princípios que transcendem circunstâncias de momento e que se situam como básicos no contexto de um Brasil forte e democrático.

O que está em jogo não é a vitória ou a derrota no dia 15, mas a afirmação da força do municipalismo como instrumento para humanizar o desenvolvimento, adequá-lo às necessidades e aspirações do indivíduo, torná-lo meio e não fim em si mesmo, distanciá-lo do tecnocrata que formula projetos em gabinetes, distantes da realidade das comunidades pequenas e médias, onde vive a maioria da população do país e de onde vem a maior parte do produto interno.

Precisamos valorizar as teses municipalistas através da participação permanente, na atuação constante, da reivindicação objetiva e persistente, da formulação clara de um conjunto de objetivos que devem ser perseguidos com firmeza e lucidez. E o núcleo polarizador deste esforço é necessariamente a Associação dos Municípios, cujo potencial nem de longe foi atingido, embora tenha tido boas administrações ao longo de sua existência.

Entre estes objetivos, sem dúvida o mais importante é a reforma tributária, com o objetivo de devolver ao município a autonomia financeira que lhe permitirá desenvolver programas básicos de ensino, saúde, cultura e lazer na escala adequada, bem como desenvolver sua infra-estrutura viária e de saneamento básico, além de incentivar empreendimentos capazes de abrigar a mão-de-obra que, de outra forma, continuará saturando os grandes polos urbanos.

Recordo que há pouco perguntaram ao Prefeito de Curitiba se conseguiria administrar bem a cidade sem apoio do governo estadual e do governo federal. E ele foi sincero ao responder que esta é uma tarefa impossível enquanto não houver uma reforma tributária. Se um grande município como Curitiba não pode sobreviver sem apoio do Estado e da União, que dizer de pequenas comunidades, onde além da arrecadação ser menor, estão mais distantes os meios para elaborar projetos capazes de captar verbas federais? E mesmo com o apoio governamental, dependem os municípios de um demorado e cansativo processamento burocrático que sua estrutura administrativa está longe de poder acompanhar.

Não acredito num Brasil forte sem municípios fortes, e não creio que os municípios se fortaleçam sem a reforma tributária.

Assim pensava o grande Presidente Castelo Branco, quando reformulou o sistema de arrecadação do antigo Imposto

sobre Vendas e Consignações, transformando-o em Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e determinando seu recebimento direto pelos municípios.

Foi graças a esta medida do falecido estadista que se tornou possível atender melhor às necessidades das comunidades municipais. As modificações posteriormente determinadas pela lei reduziram substancialmente a eficácia desta medida e é urgente lutar pela reconquista dos benefícios perdidos.

Da mesma forma, é da maior importância que as prefeituras se unam na luta pela regularização do pagamento do Fundo Rodoviário, para que se cumpram os prazos de entrega das parcelas, determinados em lei.

Não se compreende, por outro lado, que não se dê liberdade ao prefeito para decidir sobre o plano de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios. As prioridades fixadas pelo Governo Central novamente nos levam à visão do tecnocrata encastelado em seu gabinete de trabalho, ignorante das peculiaridades de cada cidade e de cada região do País.

O resultado é que, incapaz de decidir sobre o uso de seu próprio dinheiro, a comunidade vê-se prejudicada, gasta no que é desnecessário e não tem para gastar o suficiente no que é indispensável. Aqui vale frisar que não se pede nenhuma liberalidade, nem se está abrindo uma porta para o descaminho dos dinheiros públicos, pois prestação de contas aos tribunais competentes provará o cuidado e a cautela em cada aplicação.

Outro aspecto que vale ressaltar é a urgência em garantir a distribuição do ICM, que vem sendo reduzido, quando seu cálculo é feito com base no ano anterior. Sabemos que nos meses de junho e julho é feita a previsão da arrecadação do ICM para o ano seguinte. E sabemos igualmente que, este ano, os prefeitos não estão recebendo aquilo que era programado, com sérios prejuízos para os projetos administrativos em andamento.

Este conjunto de providências só terá eficácia na medida em que se verifique um movimento articulado, de âmbito estadual, representando uma reivindicação coletiva.

Para isto, necessitamos de uma entidade atuante, capaz de articular a manifestação da vontade das comunidades municipais e fazer valer seu peso e sua força.

Outro aspecto que desejo ressaltar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a absoluta falta de orientação de que padecem as administrações municipais quanto a prazo de seus mandatos. Circulam notícias sobre a prorrogação. Haverá prorrogação?

Fala-se na necessidade de coincidência das eleições municipais com as eleições para a Assembléia, a Câmara e o Senado. Haverá necessidade? Comenta-se a hipótese de um mandato-tampão de dois anos. Será desejável um mandato de apenas dois anos?

De qualquer forma, é essencial que uma questão desta magnitude seja decidida o quanto antes para que não se desorganizem projetos em andamento, nem se ampliem desnecessariamente programas administrativos que amanhã podem se tornar exequíveis.

Se a necessidade da coincidência de mandatos é discutível, os prejuízos que ameaçam os municípios não o são. Ninguém administra bem dentro de um clima de dúvida e de inquietude. E o que se pode notar hoje, percorrendo o interior do Paraná, é que há mais gente pensando no que vai acontecer em 1980, do que no que vai acontecer na semana que vem.

Agora veja, Sr. Presidente, vejam, Srs. Deputados, a outra face da mesma moeda:

Em Brasília, projeta-se uma grande batalha contra a inflação baseada principalmente no aumento da produção de alimentos para o mercado interno. Os Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento, fizeram reiteradas declarações sobre a necessidade de produzir mais e melhor para regularizar o abastecimento interno e diminuir a sangria de

divisas representada pela importação de alimentos como o feijão, o milho e o trigo.

Mais uma vez o País volta os olhos às regiões produtoras na esperança de que haja uma reposta pronta a esta demanda nacional, como já ocorreu em outras oportunidades.

Ninguém duvida do ânimo, da coragem, da pertinácia do agricultor paranaense para levar a bom termo esta tarefa imensa. Mas parece claro que as circunstâncias em que ele vive no seio da sua comunidade, o clima de intranquilidade resultante das interrogações deixadas no ar quanto à data das eleições; a ausência de liberdade para fixar seus próprios planos de aplicação do Fundo de Participação; o atraso e a diminuição das parcelas de ICM; a absoluta falta de autonomia para gerir seu destino — tudo isso faz do município um núcleo de intranquilidade, desassossego, perturbação e insegurança que entram e embarçam os projetos do Governo Federal e colocam em risco, o êxito de uma política formulada com a melhor das intenções e na procura dos mais altos objetivos.

O que pedimos é paz para trabalhar, liberdade para dispor do que, de direito, pertence à comunidade, segurança quanto ao futuro.

E o precisamos fazer com urgência é construir os instrumentos para que este pedido não perca nem deixe de ser ouvido por falta de força ou por falta de sincronia. Um destes instrumentos é, sem dúvida, uma Associação dos Municípios revitalizada pela participação de todos, capaz de se transformar quando necessário, em foro de debates dos nossos mais altos interesses, em condições de dialogar com os Governos dos Estados e da União, em nome de todos.

Esta associação não será, neste momento, instrumento de um homem nem de um partido: será a soma de todos os que pensam no Município como uma célula viva, com dinamismo próprio, onde os homens que produzem se unam e, unidos, se estimulam a produzir mais; e será a soma de todos os municípios que constituem uma vigorosa infra-estrutura criadora, dinamizadora, basilar para a estrutura nacional".

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Gilberto Carvalho, Vossa Excelência faz nesta Casa, um pronunciamento profundo com relação ao problema maior neste País. Realmente, desde que se quebrou, e eu acredito que, na verdade nunca houve em toda a história brasileira, uma verdadeira federação, desde o momento em que se quebrou o sistema federativo no País, os Municípios e também os Estados passaram a ser meros dependentes do Poder Central.

E por isto, o pronunciamento de Vossa Excelência tem importância, porque nós nos alinhamos entre aqueles que acham que a solução para os problemas deve ser encontrada na base e esta, na sociedade política, que é indiscutivelmente o Município.

Infelizmente, no Brasil, as coisas estão ao contrário do que deveriam ser. Falase, por exemplo, da necessidade — e o próprio Prefeito de Curitiba e Vossa Excelência tão bem o citou, — diz da necessidade de ser o Prefeito de Curitiba, o Prefeito da Capital, do mesmo partido do Sr. Governador.

Se levarmos isto à frente, vamos dizer que o Governador, e nós temos um exemplo no meu partido, onde o adesista Chagas Freitas é o único homem do MDB capaz de ser Governador dentro desse sistema, porque também ele, o adesista Chagas Freitas, tem que ficar de bem com o Sr. Presidente da República.

Tudo afunila na Presidência da República. Esta é a dura realidade.

E não vejo razão porque o Prefeito de Piraquara, por exemplo, possa ser eleito pelo povo e o Prefeito de Curitiba não. Os problemas de Piraquara são maiores que os de Curitiba, o povo de Piraquara, como o povo do Marumby, como o povo de minha cidade, pagam os bombeiros que cuidam de minha propriedade aqui em Curitiba. Mas se eles quiserem

bombeiros lá em Marumby, a Prefeitura terá que pagar.

A educação em Curitiba, é mantida em grande parte pelo Estado. A Prefeitura de Curitiba tem uma pequena parcela e eu lembro que há cinco anos atrás, Curitiba gastava apenas 2,5 por cento de seus recursos com educação, inclusive contrariando a legislação. Por isto, nos parece que está tudo ao contrário do que deveria ser.

Veja, e o Sr. também colocou muito bem a participação dos municípios no todo da receita deste País.

São os municípios que menos recebem; e há poucos dias na Comissão de Justiça, dirigida por Vossa Excelência, o Sr. Secretário do Planejamento disse, até com certo orgulho, ser o Paraná um dos únicos Estados que em sua Receita Tributária, sobram quinze por cento para investimentos. E apenas oitenta e cinco por cento era gasto com pessoal e com material de consumo. Fica também no ar a pergunta, como Vossa Excelência fez e muito bem posta: esses quinze por cento não serão aqueles que estão faltando aos pequenos municípios, que estão pagando aos professores, que deveriam ser pagos pelo Estado?

Vossa Excelência que foi prefeito sabe, que nos pequenos municípios, noventa por cento da rede escolar é mantida pelos municípios. Porque vigilância, praticamente, não existe. É para que termos um Delegado, e o município vai e apanha exatamente um delegado, que nem sequer recebe, porque não tem vencimentos.

Então, realmente, os municípios estão massacrados; e eu diria hoje, com toda a convicção: se fizéssemos uma análise da situação dos municípios paranaenses, acredito que, 50 ou mais, estão em piores situações que o Município de Umuarama, cujos acontecimentos todos nós conhecemos. Por isso, é muito bem posto o seu pronunciamento e as suas perguntas são altamente válidas. Será necessária a coincidência de mandatos? Será realmente necessário um mandato-tampão? Essas perguntas são importantes.

Mas, de minha parte, Sr. Deputado, acho que nós deveríamos responder. Eu de minha parte, respondo que não há necessidade, num país onde realmente o federalismo existe, coincidência de mandatos. Como ficarão todos os governadores, até vereadores eleitos em 83? Existirão prefeitos de um partido e de outro; o governador será de outro partido, pelo que verificaremos. Portanto, aquele argumento não vale.

Na verdade, desculpe-me prolongar no aparte, mas Vossa Excelência está tocando num ponto principal do problema brasileiro, que é falta de liberdade, a falta de autoridade aos municípios, aos governadores.

Porque tudo centralizado, realmente nós vemos grandes montagens burocráticas que, na verdade, a nada levam. Há necessidade de se estabelecer a autoridade do Prefeito, das Câmaras de Vereadores, a esta Assembléia e ao Governador. Enfim, a todos os níveis da nossa sociedade política.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado, a sua intervenção, e conheço bem o seu pensamento, como municipalista que é, e já tive oportunidade de conviver com Vossa Excelência na Associação dos Municípios, como temos aqui o ex-Presidente Cyro Martins, Domício Scaramella, Pinto Dias, que já participaram desta Associação e nós só acreditamos que poderemos ter um grande País com o fortalecimento dos municípios. E é com urgência que preciso mexer, é preciso mudar esta legislação.

Mas, continuo Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Em torno do municipalismo, pela força desta idéia, poderemos unidos exercer uma ação de sentido profundo; o Governo Ney Braga tem dado ênfase nos seus pronunciamentos: a de humanizar a sociedade, colocar as metas do Estado na escala do Homem, e fazer com que as estruturas sociais passem a atuar com energia em benefício de cada um, e com esse mesmo pensamento, precisamos da união de todos".

Sr. Presidente, é preciso que ainda se faça uma ressalva;

que estas dificuldades porque passamos dada esta centralização de recursos ao Governo Federal, o nosso Estado, na gestão passada do Governo Canet Júnior, tivemos a oportunidade de ver a sua preocupação em dar um melhor atendimento aos municípios, quando aquele fundo nacional de desenvolvimento urbano, que antes os municípios menores não recebiam, foram feitas em pequenas distribuições equitativas a cada município, procurando oferecer um pouco de condições para sua sobrevivência.

E, assim pensando o nosso eminente Governador Ney Braga, terá possibilidade de minorar o sofrimento desses municípios, mas é preciso que venha com urgência a reforma tributária, devolvendo o que é de direito a cada município. O Sr. Jurandir Messias— Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado Gilberto, realmente disse muito bem o Deputado Deni. que o seu pronunciamento tem um grande significado. Entendemos que Vossa Excelência defende com bastante brilhantismo, da tribuna, os municípios menos favorecidos e de um modo geral, os municípios do Estado do Paraná.

Nós que vivemos, defendemos e principalmente, vivemos no pequeno município do Paraná, que é o nosso Estado, nós que representamos nesta Casa, sentimos na carne, podemos dizer, Sr. Deputado, do problema que vem afligindo dia a dia e se agravando hora a hora, os Prefeitos, tanto do MDB como da ARENA, indistintamente, não faço menção a qualquer partido, faço menção de modo generalizado da situação, principalmente nos pequenos municípios.

Vossa Excelência falou tanto em verbas, verbas federais. Ora, Deputado, a Capital, Curitiba, recebe, e eu posso lhe dizer com toda a segurança, porque estive no DNER, sexta-feira, justamente tratando deste problema da participação dos municípios, de quanto receberiam aqueles que represento nesta Casa. E tive oportunidade de ver municípios meus que vão receber oitenta mil cruzeiros.

Oitenta mil, Sr. Deputado, e eu vi o Município de Curitiba, cuja participação é de 8 milhões de cruzeiros. Veja a disparidade: se Curitiba recebe 8 milhões, e o Município que arca com todas as responsabilidades - porque Curitiba, além da arrecadação fabulosa, do auxílio extra-fundos que tem do Governo Federal, tem uma arrecadação independente disto. Então, só a arrecadação predial, cobre ou faz face a quase todas as despesas que tem o Município de Curitiba.

No entanto, na hora de dividir esta arrecadação, que é do Fundo Rodoviário, os municípios não recebem quase nada, enquanto que Curitiba receberá quase 9 milhões de cruzeiros, Sr. Deputado.

Hoje, afirmo a Vossa Excelência que não é novidade, Vossa Excelência conhece tão bem como eu. Hoje, todos os municípios de pequeno e médio porte do Estado do Paraná, onde nós conhecemos e vivemos, estão passando pela pior crise de todos os tempos, e nada vai adiantar, Sr. Deputado, que Sua Excelência o Governador Ney Braga volte toda sua administração - como realmente vem demonstrando - para os municípios, procurando ajudá-los com obras, auxílios financeiros; nada vai resolver.

Porque se hoje Vossa Excelência pedir uma estatística à FAMEPAR, vai chegar à conclusão de que todos os municípios, com raras exceções, é evidente, estão à beira da falência.

Existem municípios com 400 professoras municipais, sendo pagas pelos cofres municipais.

Vossa Excelência já imaginou um município ter que pagar quase 500 professoras?

Onde esse município vai arrecadar, vai obter condições para fazer face a essas despesas? Quando ainda tem despesa de pessoal, manutenção de estradas, escolas, e por aí afora.

Então, o meu pensamento, para concluir, Sr. Deputado, é que essa tese municipalista deveria ter um cunho muito mais amplo, a fim de que sensibilizasse nossos comandos em Brasília, para que atentassem melhor para o problema municipalista.

Nós hoje, nesta Assembléia, estamos começando a sentir, não só nós Deputados da Arena, mas também nossos colegas do MDB, estamos sentindo que esse problema está se agravando dia a dia.

E Vossa Excelência fique certo que no ano que vem, em 1980, o exemplo de Umuarama será repetido. Lamento ter que dizer isso. Não é um pensamento negativo nem pessimista. Mas, vou lhe dizer, não só Umuarama, mas muitos outros casos, muitos outros municípios terão que recorrer aos recursos que recorreu o ex-Prefeito de Umuarama, pedindo e até renunciando o seu mandato, para dar uma satisfação aos seus munícipes, àqueles que o elegeram, diretamente, nas eleições, para que ele saísse da Prefeitura, pelo menos pensando que saiu de cabeça erguida, porque deu uma satisfação, porque não teve condição de dar aos munícipes, o atendimento que era desejado e necessário dar, quando fez sua campanha eleitoral.

Portanto, nobre Deputado, concordo plenamente, e Vossa Excelência está de parabéns.

Agora, lamento, estou entristecido e não vejo perspectiva nenhuma de melhoras. Só vejo a situação se agravando dia a dia.

E digo mais: a Vossa Excelência, como Deputado da Arena. Lamento dizer isto, mas estamos caminhando para um terreno nada agradável, nada desejável.

Queira Deus que, no dia de amanhã, não aconteçam coisas ainda piores do que aconteceu em Umuarama a esses pequenos municípios, aos municípios carentes que nada vêm recebendo, que nada vão receber a não ser promessas, visitas, sem nada de positivo.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência permitiu ao seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa lamenta, mas informa ao nobre Deputado que lhe concede mais dois minutos para concluir sua oração.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Obrigado.

Mas, sabemos, Sr. Deputado, que a receita própria dos municípios é pequena. Que os municípios pequenos não têm condições de montar seus escritórios de planejamento para reivindicar suas verbas federais. É preciso que o Governo atente para verificar, que dos produtos agrícolas, 48 por cento da produção isenta do ICM, sai desses municípios. Teríamos que estudar u'a maneira de retorno desse imposto a esses municípios.

Por isso, é preciso que o Governo reveja essa legislação tributária. E nesta campanha, tenho certeza que estaremos juntos com os Prefeitos. É preciso que os municípios tenham uma associação dinâmica para conviver, participar junto com os Prefeitos, com os Deputados para, juntos, levarmos também ao Governo Federal essa necessidade, a reivindicação de cada municipalista.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Esta Presidência consulta à Liderança da Arena se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

A mesma consulta a Mesa faz à Liderança do MDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Fruto do arbítrio, da prepotência e do "pacote de abril", foi votada pela maioria arenista, sancionada pelo Presidente Geisel e ontem entrou em vigor, a malsinada Lei Orgânica da Magistratura, que teria sido concebida e imposta à Nação para agilizar, modernizar, batatear e propiciar u'a melhor prestação jurisdicional ao povo brasileiro.

Porém, como todos sabem, a reforma do Poder Judiciário foi apenas um pretexto, uma desculpa esfarrapada, para que, causticamente, fossem gerados os Senadores "biônicos", os Governadores "nomeados" e a precária maioria parlamentar que sustenta o Governo Central no Congresso Nacional, em decorrência dos novos critérios estabelecidos para a composição das bancadas estaduais na Câmara Federal.

Com isso, formou-se um Congresso Nacional que não representa a vontade, os anseios e as inspirações maiores dos nossos irmãos brasileiros, que clamam pela formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser escolhida pela vontade soberana do povo deste País.

Enquanto que o tristemente famoso "pacote de abril" ensejava a premiação dos Senadores "biônicos" e dos Governadores "nomeados", os estudos para dar à Magistratura brasileira uma lei básica e normativa eram realizados sob sigilo total, às portas fechadas, pelo Grupo de Trabalho formado pelo Governo Central.

Não se permitiu que os verdadeiros interessados, os maiores conhecedores dos problemas, os que vivem intensamente a vida forense, os que ofereceram o seu saber, o seu trabalho e a sua vida pelo supremo ideal de fazer Justiça opinassem sobre os pontos fundamentais do esboço da "nova lei", que se anunciava como de redenção da Justiça brasileira.

Mas, quando surgiu o "fantasma" a Nação ficou estareçada. Ministros, Desembargadores, Professores Universitários, Juizes, Advogados, Procuradores e Promotores de Justiça, Intelectuais, Estudantes, Serventuários da Justiça, enfim, todos protestaram e procuraram demonstrar ao Governo que a Lei Orgânica da Magistratura iria causar sérios e irremovíveis problemas à Justiça da nossa terra. Encarnando o sentimento de todos, Senadores e Deputados do Movimento Democrático Brasileiro fizeram seguidos pronunciamentos contra o texto da inconveniente lei que se pretendia impor ao País.

Grças à vigorosa atuação do M.D.B. a prefalada Lei não foi aprovada no ano passado. Contudo, com o apoio dos Senadores "biônicos", que tomaram posse no início deste ano, o "rolo compressor" do Governo, através da "ARENA", conseguiu aprovar e submeter à sanção Presidencial a malfadada Lei Orgânica da Magistratura.

Induvidosamente, ela irá agravar, sensivelmente, os já quase insolúveis problemas do Poder Judiciário, mesmo porque não foram apresentadas alternativas para os entraves que emperam a "máquina judiciária" na primeira instância, onde é efetivamente realizada mais de 80% (oitenta por cento) da prestação jurisdicional.

Não se cuidou do fundamental, da base, que necessita de melhores condições materiais, de servidores mais competentes e com mais elevada remuneração e que não pode prescindir de Juizes independentes e de Promotores de Justiça mais atuantes.

Não se enfrentou o inadiável problema da oficialização dos cartórios, cujos atuais proprietários foram protegidos pelo "pacote de abril", certamente com receio de se ferir os poderosos da República, os inquistados do poder e "vitalícios da riqueza".

Não se ampliou, convenientemente, a Justiça do Trabalho, efetivando-se a criação dos Tribunais Regionais do Trabalho e das muitas Juntas de Conciliação e Julgamento que são reiteradamente reclamadas pelos trabalhadores brasileiros, dos quais tudo é exigido, mas para os quais pouco ou quase nada é proporcionado.

Não se ampliou os quadros do Supremo Tribunal Federal, cuja composição foi reduzida por um ato de exceção.

Retirou-se, abusivamente, quase toda a competência dos Tribunais de Alçada, para devolvê-la aos Tribunais da Justiça, medida que irá, sem dúvida, emperrear a "máquina judiciária" em segunda instância.

Criou-se o Conselho Nacional da Magistratura, órgão cuja constitucionalidade da existência é colocada em dúvida por renomados juristas do país, que fere a soberania dos Estados-Membros e que será basicamente, um colegiado policial da Magistratura brasileira.

Reduziu-se os vencimentos dos Juizes, suprimindo-se gratificações que há muito tempo lhes eram pagas e que continuam válidas para os demais funcionários públicos.

Tumultuou-se a vida jurídica nacional, gerando-se na população a desconfiança no Judiciário, Poder que sempre se manteve íntegro, altivo, altaneiro e que nunca se curvou ao arbítrio e à prepotência.

Em repúdio a uma Lei tão imperfeita, facciosa, inconveniente e imprópria para o momento atual, levantaram-se Ministros, Desembargadores e Juizes, muitos dos quais se aposentaram para não serem compelidos a julgarem sob o "fantasma" da nova Lei.

Muitos ainda irão deixar as suas vestes talares para não serem ultrajados pelas disposições ditatoriais contidas na Lei Orgânica da Magistratura.

Todavia, todas as imperfeições, defeitos, omissões e demais vícios que tal Lei contém já são do pleno conhecimento de Vossas Excelências, eis que a imprensa nacional, que tão elevados serviços vêm prestando ao nosso País, principalmente nos dias atuais, não se cansa de noticiá-los.

Assim, pretendo trazer, como denúncia, ao conhecimento dos meus nobres companheiros nesta augusta Casa que a Lei Orgânica da Magistratura, Lei Complementar n.º 035, de 14 de março de 1979, publicada no Diário Oficial da União da mesma data e que ontem entrou em vigor, sorrateiramente, criou um Tribunal Militar no Estado do Paraná, como órgão da Justiça Militar estadual, conforme disposições inseridas no artigo 18 e seu parágrafo único da aludida Lei, que dispõem:

Art. 18 — São órgãos da Justiça Militar estadual os Tribunais de Justiça e os Conselhos de Justiça, cujas composição, organização e competência são definidas na Constituição e na lei.

Parágrafo único — Nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, a segunda instância da Justiça Militar estadual é constituída pelo respectivo Tribunal Militar, integrado por oficiais do mais alto posto da Polícia Militar e por civis, sempre em número ímpar, excedendo os primeiros aos segundos em uma unidade.

A inclusão da palavra Paraná, na parte inicial do parágrafo único do artigo 18, da Lei Orgânica da Magistratura, foi possível graças à aprovação de uma emenda apresentada por um parlamentar paranaense, pois não houve proposta neste sentido do Governo Federal, nem solicitação do órgão competente do Poder Judiciário.

Desta forma, não se pode deixar de acoimar de inconstitucional a disposição do parágrafo único do artigo 18, da desditosa Lei, que criou o Tribunal Militar no Paraná, posto que, nos termos do artigo 57, inciso II, da Constituição Federal, "É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que aumentem a despesa pública".

Ora, se a criação do Tribunal Militar estadual não estava prevista na mensagem que submeteu ao Congresso Nacional o anteprojeto de lei que dispunha sobre a Lei Orgânica da Magistratura, era defeso ao Legislativo Federal introduzir dispositivo que aumentasse a despesa pública, mormente se referente a um Estado membro. Não se diga que a sanção Presidencial eliminou o vício da inconstitucionalidade, desde que o colendo Supremo Tribunal Federal tem reiterado que, em tal hipótese, não desaparece a ilegalidade.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a criação do Tribunal Militar estadual do Paraná é, ainda, inconstitucional porque violenta a norma do art. 192 da Constituição

Federal, que estabelece:

“São mantidos como órgãos de segunda instância da justiça militar estadual os tribunais especiais criados, para o exercício dessas funções, antes de 15 de março de 1967.”

Vê-se, assim, que a vigente Carta Magna tolerou, permitiu que continuassem em funcionamento, apenas os Tribunais Militares instalados nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, vedando a criação de outros Tribunais especiais.

Se proibidos pela Constituição Federal, não podem outros Tribunais Militares estaduais serem criados e instalados em decorrência de norma inserida em Lei Complementar.

Absurdamente, pretende-se impingir ao Poder Judiciário do nosso Estado, que sempre se mostrou altaneiro e independente, um Tribunal inconstitucional, como seria o Tribunal Militar estadual, se o mesmo viesse a ser instalado em nossa terra.

Observe-se que também não foi respeitado o artigo 115 da Constituição Federal, que em seu inciso II estabelece a competência privativa dos Tribunais para “propor ao poder Legislativo a criação de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos.”

Além de manifestamente inconstitucional, o Tribunal Militar que se pretende instalar do Paraná é total e absolutamente desnecessário, pois, em segunda instância, não passaram de vinte (20) os processos julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos dois (02) últimos anos, referentemente aos feitos oriundos da Auditoria da Polícia Militar e que seriam destinados ao Tribunal Militar, se instalado e em funcionamento ele estivesse.

Não posso compreender como se pode pedir ao povo brasileiro tantos sacrifícios, tantas privações, com o propósito de se combater a inflação, “monstro” que aterroriza o País, se o Governo, com base em Lei manifestamente inconstitucional, dá o seu aval para a criação e instalação de um Tribunal absolutamente desnecessário para o Paraná.

É mais que evidente que serviços judiciais importantes e inadiáveis serão prejudicados. Certamente não se disporá de verbas para a construção do Fórum de Curitiba, aspiração maior dos Serventuários, Advogados, Promotores e Juizes da Capital, que não mais suportam os desconfortos e atropelos causados pela improvisada instalação das Varas Cíveis do edifício da Montepar.

Com a pulverização das verbas destinadas ao Poder Judiciário, seria possível dar vencimentos condignos aos Oficiais de Justiça, Escrivães, Serventuários, Auxiliares e aos próprios Juizes que militam nas Comarcas da Capital e do Interior?

Seria possível ampliar o quadro de funcionários do Poder Judiciário, tão diminuto, mas de grande eficiência?

Seria possível modernizar o “aparelho judicial” que tanto tem esperado, mas pouco tem recebido do Poder Executivo?

Ademais, é preceito consagrado no artigo 106, I.º, da Lei Orgânica da Magistratura, que “Somente será majorado o número dos membros do Tribunal se o total de processos distribuídos e julgados, durante o ano anterior, superar o índice de trezentos feitos por juiz”.

Ora, como o número de processos recebidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos anos de 1977 e 1978, de feitos que seriam da competência do Tribunal Militar estadual, se já criado e instalado, foram de menos de vinte (20), teríamos apenas dois (02) processos por ano, para cada Juiz.

Desta forma, teríamos no Paraná o Tribunal Militar

estadual mais caro, ocioso e ilegal do País.

Parece-me, prezados companheiros, que este Tribunal objetiva criar condições para antecipar a aposentadoria de uns — a aposentadoria dos magistrados ocorre aos trinta (30) anos de serviço público, facultativamente —, melhorar o vencimento de outros — os militares e os civis passariam a ter remuneração de segunda instância —, transferir para a responsabilidade do Poder Judiciário as aposentadorias dos civis e militares que fossem nomeados para integrá-lo.

Enquanto inexistem recursos para a criação de um Tribunal para ordenar a política do menor, que aos milhares estão abandonados pelas ruas, pode-se dilapidar o patrimônio público instalando-se e mantendo-se um Tribunal desnecessário?

Enquanto inexistem condições para instalar um Tribunal Administrativo, que forças poderosas estariam pressionando o Governo a instalar um Tribunal Militar?

Estaria o Poder Judiciário de acordo com tamanha ilegalidade?

Não, certamente que não, pois quando se tentou alcançar o mesmo objetivo, através de Lei estadual, o Tribunal de Justiça do Estado, segundo estou informado, negou vigência à mesma e não a considerou aplicável.

Por isso, nobres Deputados, faço um apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado, ao Excelentíssimo Chefe do Poder Judiciário para que os mesmos, em face da inconstitucionalidade da Lei que criou o Tribunal Militar estadual e da desnecessidade da sua instalação, não permitam que se concretize tão absurda e condenável medida, qual seja a instalação do Tribunal Militar do Estado do Paraná.”

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/78, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que denomina “Deputado JOÃO CHEDE”, a rodovia PR-151 trecho Palmeira-Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que cria no Município de Terra Rica, o Distrito de Ademar de Barrós, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, que solicita autorização para reverter ao patrimônio do Município de FRANCISCO BELTRÃO, mediante doação, imóvel de propriedade do Estado, situado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 03/79, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que, com fundamento no Artigo 32 da Constituição Federal, nega prosseguimento ao trâmite da Denúncia Crime n.º 02/78, em que é autora a Justiça Pública, e indiciado Fidelcino Tolentino, Deputado Estadual. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “A Tribuna parlamentar nunca se rebaixa nem se avilta, quando louva ou quando acusa. Por mais exagerados que sejam os louvores, por mais veementes que sejam as acusações. O orador político eleva na tribuna a sua alma, com a sua eloquência e o seu caráter com as suas palavras; o seu gênio de homem de Estado com seus discursos; o seu patriotismo com suas idéias, e muitas vezes, o seu sangue com suas opiniões.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos mais ilustres membros desta Casa está sendo acusado na Justiça comum, de ter no dia 1.º de agosto de 1977, quando ocupava a tribuna deste Poder, cometido crime de injúria contra um Prefeito Municipal.

Hoje discutimos aqui se é de ser concedida a licença, para que tenha prosseguimento a denúncia crime 2/78 que tramita no egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

Preliminarmente, Sr. Presidente, estranho e lamento até, que a respeitável e douta CCJ não tenha entrado no mérito da questão, simplesmente remetendo ao plenário para que, aqui, a discussão se referisse e a posição assumida pela Casa se cristalizasse na votação do Projeto de Resolução n.º 49/79, vasado nestes termos:

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Só farei a leitura para V. Ex.^a

“Artigo 1.º — É negada com fundamento no Artigo 32 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o Artigo 200, da mesma Carta, e com o artigo 127, § 4.º do Regimento Interno, autorização solicitada pelo Tribunal de Justiça.”

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Líder do MDB nesta Casa, apenas para que se corrija, que não se cometa, aliás, uma injustiça. Não poderia ser outro o procedimento da CCJ da Casa, em consequência do seu Presidente. Porque o processo, fatalmente, teria que redundar, teria que desaguar num Projeto de Resolução, para que a Casa então, que é soberana ou Plenário pudessem, evidentemente negar ou conceder a licença.

Não há outra forma regimental, de se tomar uma decisão no âmbito legislativo, se não através do Projeto de Resolução.

Gostaria apenas de registrar neste episódio, a lisura com que agiu o Presidente da CCJ da Casa. Era o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eminentíssimo Deputado. Entendo e acompanhei com detalhes, como ocorreu esse posicionamento. Porém, veja V. Ex.^a de que não é este o melhor procedimento. Eu bem sei que no mérito e na primeira votação verificada no plenário, a Casa manifestou-se unanimemente, mas eu tenho em mãos o Diário do Congresso Nacional, do último mês de abril, exatamente da sessão e da ata da CCJ do Congresso Nacional, que deu o parecer ao famoso processo do Deputado Chico Pinto.

E especificamente, ao comportamento da CCJ, se ela deve remeter simplesmente ao plenário, ou se ela deve entrar no mérito da questão.

Especificamente é a isso que eu quero me referir, lendo no “Diário do Congresso”. “Quanto à extensão dos pareceres, prevalece pois, o entendimento, de que não devem os relatores limitarem-se à mera exposição dos fatos. Mas, do fundo deles,

extrair conclusões que possam orientar seus pares, na tomada de posição.

Pedro Aleixo em imunidades parlamentares, defende aliás, a tese que aqui sustentamos desde o primeiro instante. Dizia o relator da matéria:

“O artigo 28, parágrafo primeiro do Regimento Interno, ao delimitar a órbita de competência da Comissão de Justiça, atribui a esta emitir parecer sobre a perda de mandato e licença para processar deputado.

Não fixa, como o fez em relação a numerosas proposições, a obrigatoriedade de pronunciamentos quanto ao mérito dos pedidos de licença, para prisão, ou processo dos membros da Câmara. Entendemos, porém, que o critério adotado na maioria dos casos merece ser seguido. É certo que o relator manifestará de público, nas conclusões, sua opinião e, destarte, revelará o voto que, em segredo, mais tarde presumivelmente irá dar.

Mas também o mesmo se verifica em outros casos indicados no mesmo artigo 43 da Constituição Federal, como no de prestação de contas do Presidente da República e no de deliberação sobre o ato do Presidente da República decretando estado de sítio. Além disso é difícil, e algumas vezes impossível, que o relator fique em posição firme, sem inclinar-se num ou noutro sentido, sem descobrir suas tendências, ao estudar o pedido de licença. Acresce também que a preocupação de equilíbrio e o empenho em não permitir a devassa de seu pensamento íntimo conduzi-lo-iam a omissões, a descaracterização de fatos, a emprestar relevo a circunstâncias acessórias, o que importaria em falhar à missão precípua de orientar seus pares.

Não deve, portanto, ser meramente expositivo o parecer e, sim, deve concluir recomendando a concessão ou a denegação de licença” (pág. 22).

Paralalemanete, Prado Kelly, lembrado por Pedro Aleixo, formula, entre outras, a seguinte regra de conduta:

“A Câmara, para que possa resolver com conhecimento de causa, tem a obrigação de verificar se, com base nos elementos recolhidos e fornecidos pela acusação, há razões justificadas e leais para dar licença, ou se, ao contrário, a imputação não resulta de instrução séria e fundada.

Há pois que compulsar, apreciar, ponderar os elementos indiciários e probatórios já existentes. Há que estudar o inquérito e avaliar o merecimento de suas peças. Só depois disso pesará a seriedade e o fundamento das razões para que consinta no trânsito da acusação.”

Eu entendo e até sei das razões que levaram o eminente relator a proferir este voto, pois ele levanta dúvidas.

Deputado Gilberto Carvalho em certo momento, diz o seguinte: “Analisando os termos do pedido do ofício do pedido do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, como da fotocópia da petição que o acompanha, se nos apresentam dúvidas: — se as acusações citadas na denúncia-crime configuram-se com o delito que se está imputando ao acusado, ou às expressões comumente usadas, no calor dos debates, de uma sessão plenária de um Parlamento.”.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Ex.^a, pelo meu parecer, e no final, quando anexo o Projeto de Resolução, em cujo projeto define a posição da Comissão de Justiça, e o nosso parecer, eu acho que foi manifestado e foi dado o parecer.

Claro que no parecer não havia necessidade, quando anexava o Projeto de Resolução em que definia posição. E está bem claro o Projeto de Resolução.

V. Ex.^a, tem em mãos aí o projeto?

O SR. NILSO SGUAREZI — Tenho. Eu li. Perfeito: “É negado a licença e tal...”

Mas, Sr. Presidente, por dever até de ofício, ocupo a

tribuna em nome da minha bancada.

E por acreditar até que o direito à imunidade parlamentar, é indisponível; falo até pela liberdade do Poder Legislativo.

(Lê): "Sem qualquer contestação, os historiadores e os juristas, apontam o direito ANGLO-SAXÔNICO como o berço do surgimento desta e de outras garantias dos parlamentares modernos. Efetivamente foi na Inglaterra, que o regime representativo, surgiu. E lá mesmo que se travaram as primeiras e até sangrentas tentativas para que os representantes do povo, fossem protegidos pelas imunidades. Elas não são, como muitos pensam, o resultado de teorias jurídicas ou lições de acadêmicos, mas sim as conseqüências diretas dos fatos e acontecimentos históricos, que espaçadamente foram determinando a imprescindível necessidade de acobertar os representantes das violências da coroa e até mesmo dos representados.

"Liberdade de não ser questionado em qualquer outro lugar, por discurso ou qualquer declaração feita no recinto do Congresso é um direito que incorpora os frutos de longos e extremos esforços no PARLAMENTO contra o poder da COROA durante o reino dos Tudors e dos Stuarts.

PETER WENTWORTH morreu na Torre de Londres em 1597, "por ter discutido matérias que a Rainha Elizabeth I não queria que fossem debatidas no Parlamento; o Rei Jaime I, rasgou do Jornal dos Comuns, com suas próprias mãos, as páginas nas quais estava o protesto de 18 de dezembro de 1621, clamando pela liberdade de debate; Sir JOHN ELLIOT morreu na Torre em 1632 depois que oito outros membros tinham sido condenados por violação da "Petição de Direitos", tomando parte nos excitantes eventos de 2 de março de 1629, quando as portas foram fechadas e o "speaker" proclamava de sua cadeira o adiamento da sessão por decisão de Carlos I, desgostoso com a afirmação de direitos do povo; o mesmo soberano invadiu o recinto do Parlamento, em 4 de janeiro de 1642, tentando em vão ver se prendia cinco membros, que tinham se atirado no Tâmis para se salvarem de serem confinados na City of London. Com estes e outros coloridos esforços em mente, foi que OS PAIS DA CONSTITUIÇÃO, quiseram o importante privilégio da liberdade dos debates no Congresso".

Porém o registro histórico mais importante e consagrado, do reconhecimento das imunidades, foi dado pela Revolução Francesa, quando em 23 de junho de 1789 a soberana Assembléia do Povo Francês, que derrubara a monarquia, assim decretava:

"A Assembléia Nacional declara que a pessoa de cada um dos deputados é inviolável; que todos os particulares, toda a corporação, tribunal, corte ou comissão que ousarem, durante ou depois da presente sessão, perseguir, procurar, prender ou fazer prender, deter ou fazer deter um Deputado em razão de alguma proposição, opinião ou discurso feito por ele nos Estados Gerais, da mesma forma que todas as pessoas que prestarem seu ministério a algum dos ditos atentados, de qualquer parte que tenha vindo a ordem, são infames e traidores em frente da Nação e culpados de crime capital. A Assembléia Nacional decreta que, nos casos acima ditos, tomará ela todas as providências necessárias para fazer procurar, perseguir e punir aqueles que forem autores, instigadores ou executantes".

Nos Estados Unidos da América, onde sem dúvida alguma as idéias liberais prosperaram e foram as responsáveis diretas por ter ali se sedimentado o maior reduto democrático do planeta, encravou-se na Constituição Americana verdadeiro dogma das imunidades parlamentares. Efetivamente os "yankes" e sua legislação fizeram das imunidades verdadeiro dogma ou no dizer da sua própria Câmara de Representantes, que decidiu em 1913, a seguinte sentença:

"É óbvio que a Constituição, ao estabelecer que os Senadores e Representantes não serão interrogados em nenhum outro lugar por qualquer discurso ou debate em alguma das

câmaras estende uma imunidade ilimitada quer quanto ao espaço, quer quanto ao tempo. Quem foi membro de um desses corpos, não importa se muito ou pouco tempo antes pode, sem embargos, reclamar sua imunidade constitucional contra todo ataque que possa ser feito contra ele em qualquer tempo, que tenha tido lugar durante seu mandato. O escudo da Constituição uma vez escondido, protegê-lo-á enquanto viver".

(BIDEGAIN — El Congresso de Estados Unidos de América, pág. 115).

No Brasil, desde a primeira Constituição e em todos os instantes de normalidade institucional, as imunidades parlamentares foram solenemente respeitadas: a história do Parlamento Brasileiro é cheia de fatos e acontecimentos, mas reporto-me apenas ao evento Márcio Moreira Alves, quando o Congresso Nacional, em evidente independência e soberania negou licença para processar um de seus membros e como conseqüência sofreu a sanção da força, da prepotência e do arbítrio dos governos revolucionários, que instrumentados pelo AI-5, lamentavelmente deturparam os ideais até então defensáveis pelo povo brasileiro.

Passados esses anos em que suspensas foram as imunidades e que os representantes do povo viram-se numa situação de inferioridade até do mais vil criminoso comum — pois enquanto este tinha assegurado o seu direito de defesa, os parlamentares eram punidos sem saber porque e como se tomavam alvos de punição.

Deixemos, porém a página negra do AI-5 e que apenas sirva de exemplo para as futuras gerações de que a força e o arbítrio não resolverão jamais os problemas humanos, para relembrar o saudoso Rui Barbosa, quando nas suas lições deixou transcrito os seguintes conceitos:

"... essa garantia, pessoal na sua incidência, é impessoal, institucional, nacional na sua razão de ser e no seu objeto. Não é um privilégio individual do Representante (tanto que esse não pode renunciá-lo): é um apanágio coletivo da representação. Não é um interesse de ordem particular mas um princípio de ordem pública. Por conseguinte, não conhece distinção de pessoas ou de fatos. Há de, portanto, abranger necessariamente na esfera de sua tutela todos os membros da corporação, para abrigar integralmente a instituição que ela representa".

Carlos Maximiano também elucida o conceito moderno e a motivação da imunidade parlamentar, afirmando:

"A imunidade parlamentar foi estabelecida por motivos políticos, tendo em vista o interesse público e não o particular; não constitui direito subjetivo e sim objetivo, não é privilégio individual, fizeram-na prerrogativa de uma coletividade independente e vigilante, por isso não é renunciável em regra".

É verdade que algumas vozes se levantaram contra as imunidades parlamentares, aqui no Brasil, sendo a mais respeitável a do constitucionalista JOÃO BARBALHO, que a respeito da primeira República, assim defendia a queda das imunidades:

"É da essência do regime republicano que quem quer que exerça uma parcela do poder público tenha a responsabilidade desse exercício; nele ninguém desempenha funções políticas por direito próprio; nele não pode haver invioláveis e irresponsáveis entre os que exercitam poderes delegados pela soberania nacional. Não fundamento, nem necessidade dessa prerrogativa, digo, exceção aberta em favor das pessoas dos legisladores. Já não estamos mais em tempos em que um Chefe de Estado, um Jaime VI, quando se irritava com a oposição, fazia prender os membros do Parlamento que o contrariavam e com a organização constitucional que temos, mais há que recear das Câmaras o Presidente da República, do que elas dele, dada a faculdade, que ficou cabendo a dos Deputados de o suspender por uma simples maioria de votos, conforme o Art. 53, parágrafo

fo único”.

Ledo engano do ilustre brasileiro. Se é verdade que não mais existem Jaimes VIs, estão Alencar Furtado e tantos outros patriotas que confirmam ser a prepotência e o arbítrio, características do Poder Executivo.

Por outro lado, as imunidades, quer no aspecto real ou processual, são necessárias para um Legislativo vigilante, não apenas no plano interno da soberania nacional, mas também na luta permanente do homem pela Justiça, pela igualdade, pelo respeito dos direitos humanos que não se confinam a determinado território ou bandeira.

O exemplo da perda do mandato eletivo do Deputado Chico Pinto, quando o STF o extinguiu, por ter proferido no Congresso Nacional discurso em que acusava o ditador chileno pela prática de crimes contra os direitos humanos e a sua vitoriosa recondução ao parlamento brasileiro, pelo veredicto das urnas, é a irretorquível demonstração do apoio que o povo brasileiro empresta ao instituto das imunidades parlamentares.

Razão assistia ao insigne Henrique Coelho, que contrariando João Barbalho, assim destacou:

“De fato, sujeitar a todo o momento o Deputado ou o Senador, a apreciações apaixonadas, admitir-se que, conforme as circunstâncias, se prescindia da garantia, opondo-lhe a vantagem de uma decisão que por embora caber aos tribunais não está isenta de participar dos erros e das contingências da imperfeição humana, obrigá-lo a calcular as suas palavras, os seus conceitos, a não praticar a virtude suprema da franqueza, tão estimável, tão necessária na linguagem dos que patrocinam os interesses populares, significa inutilizar o princípio, quase anulando-o pelo receio de abusos, sem dúvida prováveis mas por certo menores, comparados aos resultantes da concessão limitada da prerrogativa”...

E arremata Henrique Coelho com estas palavras:

“Tolher, prevenir o despotismo dos corpos legislativos, contê-los por todos os modos, eis o essencial. Nunca, porém, houve quem duvidasse da vantagem de erguer seus membros a uma condição autônoma proporcionada às poderosas, às sérias responsabilidades de uma tarefa que tem as suas exigências naturais e impreteríveis. Sacrificá-la, pois, com o constrangimento imposto aos eleitos para a desempenhar, levando-os a medir, na tribuna, o alcance de seus juízos, de suas frases, e equipará-los, no exercício de uma grave função política, a qualquer cidadão, a fim de responderem por ofensas que, permita-se-nos insistir, não há certeza de serem rigorosamente definidas ou averiguadas, não constitui remédio eficaz contra o mal, para que, aliás, se depara um corretivo, indiretamente capaz de conter o deputado ou senador nos limites do decoro. É o da ação disciplinar das Câmaras Legislativas, o das punições estabelecidas no regimento interno. Apesar de leves e moderadas, bastam muitas vezes, a fim de prevenir ou reprimir os abusos, os excessos de linguagem que podem dar lugar à prática dos atos denunciados pelos adversários da vantagem, conferida aos representantes, quanto às opiniões e votos, por eles emitidos”.

Isto porque:

“A qualidade de deputado ou senador, a natureza especial da função política, a índole dos assuntos que têm de discutir os membros do corpo legislativo, as apreciações, as críticas, que se vêem obrigados a formular, as reclamações, as queixas, os protestos, que o dever de ofício o manda que fundamentem, do alto da tribuna, tudo isso, muitas vezes, não permite descobrir, nítido, evidente, o elemento primário, a base do fato criminal, a intenção de ofensas punidas nos termos das leis penais. Nada, portanto, mais explicável do que arredar a intervenção da autoridade judiciária desta ordem de fatos, deste círculo escuro de múltiplas incertezas, para que não resvale, seduzida pelo vacilante critério da presunção, no caminho da inverdade e do erro”.

No caso presente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa do Paraná é chamada a opinar sobre um caso de Imunidade Processual, muito embora o presumível fato típico, esteja caracterizado no outro tipo de imunidade, a Imunidade Real ou corrente e juridicamente definida como IRRESPONSABILIDADE. O projeto de resolução nega a licença para o processo e isso basta. A decisão aqui proferida é abrangente no tempo e no espaço. Negada a licença ao Tribunal que é o órgão competente, corte alguma da justiça poderá invocar, agora e em tempo algum, nova apreciação da matéria.

A bem da verdade, entendo que da leitura de todo o discurso de 1.º de agosto de 1977, proferido pelo brilhante Deputado Fidelcino Tolentino, não se encontra, objetivamente, o necessário “animus injuriandi” de que as partes pinçadas pela denúncia dizem existir.

E cito para isso, Sr. Presidente, Nelson Hungria, indiscutivelmente, um dos maiores penalistas brasileiros:

“Tradicionalmente, o propósito de ofender (“animus injuriandi vel diffamandi”) tem sido indispensável para configurar a ofensa. Essa concepção, como já vimos, remonta ao direito romano (“injuria ex affectu faciendi consistit”). A doutrina e jurisprudência dos tribunais têm exigido, entre nós, nesta categoria de delitos, um dolo específico constituído pela intenção de ofender (“animus infamandi”).

E, mais adiante arremata:

“Em consequência, não se configura o crime, se a expressão ofensiva for realizada sem o propósito de ofender. É o caso, por exemplo, da manifestação eventualmente ofensiva feita com o propósito de informar ou narrar um acontecimento (“animus narrandi”), ou com o propósito de debater ou criticar (“animus criticandi”), particularmente amplo em matéria política.”

Por isso, Sr. Presidente, e por todas essas razões, é de ser negada a licença, muito embora, facilmente na Justiça alcançaria absolvição o ilustre colega, porque, efetivamente inexistente a figura delituosa, mas por tratar-se de um interesse de ordem pública, portanto, indisponível para qualquer um dos Membros deste e de qualquer Parlamento, impõe-se a esta Assembléia Legislativa, a ratificação solene e formal desta garantia de independência e vigilância do Poder.

Finalmente, e para abordar a precaridade com que voltaram as imunidades, ainda vulneráveis à draconiana Lei de Segurança Nacional mister é que se defenda aqui, a extensão das mesmas prerrogativas que nos acobertam aos VEREADORES.

Efetivamente, é no município que a democracia e o Poder Representativo alcança a sua plenitude. Sabem todos, que a desproteção e a falta de garantias ao exercício desta relevante e nobre função, tem sido senão o principal, um dos maiores entraves ao preparo e educação política do nosso povo, bem como constituiu-se no permanente impedimento para o surgimento de novas lideranças políticas de que tanto se ressen-te a nossa Nação.

Recentemente a matéria esteve em discussão no Congresso Nacional e projeto nesse sentido recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, cujo relator, o pátrio Senador Accioly Filho, assim opinou:

“O município financeiramente forte deve ser também politicamente preparado contra a corrupção e contra a desídia. De nada adianta abarrotar os cofres municipais, se aqueles a quem incumbe a guarda e emprego desses dinheiros não estejam sujeitos à livre censura e fiscalização das Câmaras Municipais de Vereadores. É que, como ensinava Romagnosi, “a censura sobre a vida pública e privada dos cidadãos é uma poderosa, perene e inesgotável sanção de honra com que se previnem verdadeiros delitos sociais”. Uma Câmara vigilante e, ao mesmo tempo, consciente de sua total liberdade de crítica, pela idoneidade assegurada aos seus membros, quanto às opiniões, votos

e palavras que proferirem no exercício do mandato, pode exercer essa atividade de prevenção de ilícitos contra o Erário Público Municipal. Para isso, no entanto, é essencial que aos vereadores, se conceda a inviolabilidade de que gozam os deputados e senadores, por força do artigo 34 da Constituição. O bom desempenho do mandato de vereador está a reclamar, exatamente, essa extensão, para que as Câmaras Municipais tenham a abertura necessária à crítica sem restrições e sem receios."

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço para me retirar do plenário, pois trata-se de matéria em que estou sendo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Procede.

Em votação. Os Senhores Deputados que estão de acordo, permaneçam como estão. — **Aprovado por unanimidade.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Município da Lapa ao de Porto Amazonas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 24/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Município da Lapa ao de Porto Amazonas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1977.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

Quem conheceu Antônio Lacerda Braga, por certo sabe da luta que empreendeu pelo desenvolvimento da região da Lapa.

Ainda jovem, pobre, pés descalços, embrenhava-se nas matas abrindo picadas, auxiliando os moradores do lugar a construir casas, plantar lavouras, tudo apenas e em nome do espírito desbravador e pioneiro de que era possuidor.

Amigo de todos, sempre lutou pela integração da região, razão pela qual um dos seus maiores ideais foi ver aberta e construída uma estrada que ligasse os Municípios da Lapa e Porto Amazonas.

Nada mais justo, pois, que a rodovia passe a ser denominada "Antônio Lacerda Braga", como reconhecimento e homenagem do povo do Paraná a um paranaense que soube amar sua terra e sua gente.

Este é o plano de lei que o subscritor espera mereça o apoio dos nobres e ilustres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 24/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente plano de lei tem por finalidade denominar "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Município da Lapa ao de Porto Amazonas.

Devidamente justificado, o presente plano de lei visa prestar singela homenagem a uma personalidade que muito contribuiu para o desenvolvimento daquela região, com o qual nos solidarizamos.

Entretanto, para que a homenagem atinga a sua finali-

dade, dentro do espírito que está imbuído o legislador, queremos apresentar Substitutivo Geral para que a denominação de "Antônio Lacerda Braga", fique para a estrada Campo do Tenente a Porto Amazonas, já que foi aquela região que mais se beneficiou com o trabalho pioneiro desenvolvido por Antônio Lacerda Braga.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei n.º 24/77, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1977

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

GILBERTO CARVALHO, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI N.º 24/77

Art. 1.º — Fica denominada "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Município de Campo Tenente ao de Porto Amazonas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;

GILBERTO CARVALHO, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/78, de autoria do ex-Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE MARINGÁ", com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 06/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1978

(a) JORGE SATO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente projeto de lei, seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços à comunidade de Maringá, o que já grangeou-lhe o título de reconhecimento público municipal, outorgado através da Lei n.º 885, de 27 de outubro de 1971.

A documentação que anexamos ao projeto, comprova o preenchimento das exigências, previstas pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 06/78

PARECER

I. O presente projeto de lei de autoria do nobre ex-Deputado Jorge Sato, objetiva declarar de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE MARINGÁ", com sede e foro na Cidade de Maringá.

II- A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada na exigência das leis que disciplinam a matéria.

III- Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 07/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de CIDADE GAÚCHA, FRANCISCO ALVES, PLANALTINA DO PARANÁ e SANTA INÊS, objetivando o combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 10/79, que aprova convênio celebrado entre diversos Órgãos da esfera federal e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, objetivando formalização de cooperação técnica e financeira na execução de projetos vinculados ao Plano Nacional de Segurança de Trânsito. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 26/79, que aprova convênio celebrado entre os Governos dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e a SUDESUL, juntamente com o BRDE, objetivando realização de estudos do Plano de Operações do Programa de Agro-Indústria da Região Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 32/79, que aprova convênio celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, NOVA CANTU, BOM SUCESSO, GUAPIRAMA e ITAGUAJE, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia dos municípios signatários. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/79, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 39/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros, conforme específica.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, substanciado em pedido de informações sobre o ex-Deputado Federal Rubens Paiva, preso em 1971 e até hoje desaparecido. Não recebido pela Mesa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ermelina Martins Ribas.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio e solidariedade ao Sr. Prefeito Municipal de Palotina, pelo trabalho que Sua Excelência vem desenvolvendo em favor da manutenção do equilíbrio ecológico no município.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa deferiu e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

16 Srs. Deputados o aprovam; nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/79;

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 24/77, 06/78, e dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 30, 31 e 33/79;

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 87 e 124/78, 11/79, 15, 22, 36 e 40/79.

Levanta-se a sessão.